

“NÃO QUERO SAIR DA RUA”: LEITURAS PSICANALÍTICAS DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Marina Roso da Silva¹
Gustavo Angeli²

Resumo: O presente artigo visa olhar para a problemática da população em situação de rua, por meio do método em psicanálise extramuros. Lemos e analisamos artigos presentes em bases de dados para debater o manejo da população em situação de rua e a problemática em torno dela. Observando as raízes do problema na nossa sociedade, sua estrutura histórica, dados contingentes da população em situação de rua, passando pelo atravessamento da psicanálise e as ciências sociais, que desde o início estão intimamente ligadas, assim como a apresentação dos grupos operativos como forma possível de manejo para essa população. Também trata de questões recorrentes a esses sujeitos, como a violência vivenciada nas ruas, os desejos e a invisibilidade social que é estar em situação de rua.

Palavras-chave: psicanálise; pessoas em situação de rua; invisibilidade; grupos operativos.

Abstract: *This article aimed to address the problem of homeless people using a psychoanalytic approach. We examined and analyzed articles from databases to discuss the treatment of homeless people and the issues surrounding it. By looking at the roots of this problem in our society, its historical structure, the contingent data on the homeless population, and delving into the intersection of psychoanalysis and the social sciences, which have been **harmoniously** from the beginning, we propose the notion of operational groups as a possible approach to managing this population. It also addresses recurring issues that these people face, such as street violence, aspirations, and the social invisibility that comes with homelessness.*

Keywords: psychoanalysis; people experiencing homelessness; invisibility; operative groups.

1 INTRODUÇÃO

Durante a graduação, nos deparamos com diversos campos nos quais a psicologia poderá ser aplicada ou abarcada. Algo que sempre chamou a atenção foi a possibilidade de levar a escuta e o manejo clínico para além das paredes que fundam a estrutura da universidade, podendo ampliar as vivências de prática clínica e permitindo olhar a sociedade à qual pertencemos por meio de óticas antes não visitadas. Este trabalho se propõe a rever bibliograficamente as produções

¹ Acadêmica de Psicologia pelo Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE. E-mail: marinaroso@unifebe.edu.br

² Psicólogo pela Universidade Regional de Blumenau. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE. E-mail: gustavooangeli@gmail.com.

acadêmicas acerca da população em situação de rua, dando ênfase ao manejo clínico possível pela psicanálise. Entendemos que a psicologia é normalmente pensada para o *setting* clínico, é importante que possamos olhar para outras formas de aplicar a psicologia e a psicanálise na sociedade contemporânea em que vivemos.

O método de pesquisa bibliográfica envolve examinar a bibliografia existente para identificar e analisar o que já foi produzido sobre o tema escolhido para a pesquisa científica. Esse método foi conduzido em duas etapas: a primeira consistiu na coleta de fontes bibliográficas, na qual foi feito o levantamento da bibliografia disponível. Em seguida, realizou-se a coleta de informações, que envolveu a busca por dados, fatos e informações contidas na bibliografia selecionada. A busca pelos textos foi realizada utilizando principalmente palavras-chave como "psicanálise" e "pessoas em situação de rua", predominantemente de forma manual e numa variedade de bases de dados.

Segundo Césaire (1978), a sociedade que prefere fechar os seus olhos diante dos seus mais íntimos problemas é uma sociedade adoecida. Como país colonizado, optamos por replicar o modelo social do nosso colonizador, sem nos atermos às necessárias soluções para os seus problemas sociais. E ao negar os problemas estruturais que o colonialismo trouxe consigo, como a desigualdade social entre classes e etnias e o empobrecimento do proletariado, permitimos que o racismo se instalasse na nossa sociedade, fazendo sofrer aqueles que não condizem com a etnia eurocentrista. Ainda segundo Césaire (1978, p. 19), "no fim do capitalismo, desejoso de se sobreviver, há Hitler. No fim do humanismo formal e da renúncia filosófica, há Hitler". Muito embora seja uma citação dura ao falarmos de colonialismo, o autor nos traz a reflexão quanto ao horror que despojamos para o nazismo de Hitler, sem nos darmos conta de que tamanha crueldade também foi empregada nos povos não europeus em terras brasileiras sem ter recebido o mesmo apelo ou atenção social.

E essa crueldade continua a reverberar na nossa sociedade atual. Broide (1993, p. 27) deixa claro que a psicanálise estruturalmente alicerçada na: "economia capitalista, periférica e dependente, produz um colonialismo científico e cultural, que impede e aliena muitos estudantes e profissionais da área da saúde mental". Se conseguirmos identificar que a produção de conhecimento científico tem as suas próprias falhas como promotora de conhecimento para todas as classes sociais; logo, entendemos a importância de se estabelecer um projeto sob essa perspectiva, entendendo que ele poderá ser benéfico para todos os envolvidos.

Danto escreve em "As clínicas públicas de Freud" (2019) que inicialmente a psicanálise foi posta e pensada para ser algo acessível a todos, independentemente do acesso financeiro que cada sujeito tinha. Clínicas públicas conhecidas à época como *Ambulatorium* ofertavam atendimentos gratuitos à população, onde atuavam psicanalistas experientes e àqueles em formação, sem distinguir classes sociais, gênero, profissão ou quaisquer outros parâmetros, permitindo a formação integral dos novos psicanalistas. Esse início tão marcante da aplicação da psicanálise como uma oferta gratuita a qualquer pessoa que queira acessá-la, mostra o quão necessário se faz levarmos a psicanálise para além das clínicas. E, assim, estender o nosso manejo e a nossa escuta a outros lugares onde ela também é necessária, principalmente a essa população tão marginalizada e socialmente excluída, a qual é a população em situação de rua (PSR ou PSRs), que normalmente não acessa as nossas clínicas comuns.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado em 2023, o Brasil não conta hoje com uma política de contagem oficial das PSRs, cabendo aos estados e municípios contabilizarem as suas populações e as estimativas oficiais serem feitas com base na soma desses dados. Outro fator relevante que contribui para a dificuldade em estimar a PSR é a metodologia utilizada pelo censo demográfico do Brasil, que tanto em 2011 quanto em 2022, contabilizou unicamente as pessoas vinculadas a algum tipo de domicílio, invisibilizando a presença desses sujeitos que também compõem uma parcela expressiva da nossa sociedade. Os dados da pesquisa consideraram estimativas feitas por 1.998 municípios brasileiros, totalizando 181.885 pessoas em situação de rua (Brasil, 2023).

O problema é muito mais profundo do que apenas a contabilização da PSR. Está enraizado na estrutura da nossa sociedade atual. Souza (2009) escreve que fomos socialmente condicionados a acreditar que vivemos numa sociedade meritocrática, na qual todos têm os mesmos direitos e valores, cabendo o sucesso e a vitória de cada um ser um produto exclusivamente proveniente do seu próprio esforço e luta. Essa visão distorcida da realidade ajuda a assentar a visão de uma classe inferiorizada à qual o autor nomeia como “ralé”, e explicita que a eles cabe apenas os serviços desumanos por terem, para nós, perdido os seus *status* de humanidade e pertencentes à sociedade. Souza (2009, p. 45), tratando dessa temática da “ralé” enfatiza que o abandono sofrido por essa população é constituído em um:

[...] processo de invisibilização da ralé, isto é, na descaracterização das pessoas dessa classe como indivíduos, que ocorre a partir da desvalorização simbólica das atividades que exercem – trabalhos desqualificados e informais, ligados ao trabalho braçal, ao esforço exaustivo, ao corpo – e também a partir da visão de inferioridade quanto à forma de individualidade e ao “expressivismo” – forma de agir, falar e vestir-se, além de interesses pessoais e inclinações afetivas – dessas pessoas. Em termos concretos, essa invisibilização é vista diariamente nas ruas, nos noticiários e dentro de casa: o tratamento de problemas envolvendo indivíduos da ralé como caso de polícia, e não de política [...].

Logo, olhar para a problemática da PSR apenas como um apagamento social do indivíduo, sem considerar a emergente necessidade de mudança da perspectiva de enfrentamento do problema, é revitimizar o sujeito daquilo que a sociedade já impôs a ele. Precisamos olhar para estes sujeitos a partir de uma perspectiva que nos permita lhes devolver o status de sujeito, propiciando um espaço de escuta e cuidado, para poderem enxergar outras possibilidades além do ser “ralé”. Broide (2019) aponta que a psicanálise se torna um meio eficaz de ouvir o sujeito, que o trabalho do psicanalista vai além da clínica particular. É preciso levar o trabalho de análise onde quer que o sujeito esteja, principalmente nos lugares onde urge a necessidade de escuta, pois “seja onde for, se escutarmos, o sujeito fala” (Broide, 2019, p. 6). Para tanto, entendemos a necessidade de voltar o nosso olhar para a base da psicanálise e a formação do sujeito analista, para solidificarmos a discussão do analista além da clínica particular e as possibilidades de escuta na rua.

2.2 O ESTUDO DA PSICANÁLISE: PSICANÁLISE E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

O estudo da psicanálise está ligado à avaliação e análise de si mesmo, por meio de um método desenvolvido por Sigmund Freud durante a sua vida. Segundo o autor (1916/2014, p.20), “psicanálise é algo que aprendemos, em primeiro lugar, em nós mesmos, mediante o estudo da nossa própria personalidade”. Podemos entender que parte do aprendizado é analisar os nossos próprios psiquismos e entender também quais aspectos e assuntos da vida nos mobilizam para podermos dedicar o nosso tempo a aprendê-los. Este método se baseia na fala do paciente, onde através da escuta das suas próprias dores ele tem a possibilidade de dar novos significados para sua história, encontrará alívio para os seus sintomas. Para Roudinesco e Plon (2000, p. 26), a psicanálise pode ser assumida como “um tratamento em que o fato de se verbalizar o sofrimento, de encontrar palavras para expressá-lo, permite, se não o curar, ao menos tomar consciência da sua origem e, portanto, assumi-lo.” Segundo Freud (1916-2014), para podermos vivenciar a formação completa em psicanálise precisamos nos ater a análise pessoal, ou seja, nos permitir estar na posição de sujeito analisado, assim como ter o nosso trabalho supervisionado por analistas mais experientes, para absorver deles uma visão mais ampla daquilo que nos escapa.

Avançaremos muito mais se nos deixarmos analisar por um analista qualificado, experimentando os efeitos da análise em nosso próprio Eu e nos valendo da oportunidade de aprender com o outro a técnica mais refinada do procedimento. Mas, embora excelente, é claro que esse caminho só pode ser percorrido por um indivíduo, jamais por toda uma sala de aula (Freud, 1916/2014, p.20).

Logo, podemos visualizar que a psicanálise no seu berço já se propunha como um método para além da classe, das mesas e cadeiras de uma universidade. Uma metodologia proposta para ouvir o sujeito e a si mesmo, pautada no desenvolvimento constante daquele que escuta o sujeito que fala, mas que é também um sujeito que fala e carece de ser ouvido. É sob a perspectiva de a escuta do sujeito não pertencer, necessariamente, ao ambiente clínico que tratamos aqui, procurando explorar outras formas de fazer psicanálise, formas talvez mais possíveis de levar a escuta para as PSRs.

Pensando numa psicanálise que vá além da aplicação clínica paciente/analista, podemos focar a nossa atenção nos atendimentos grupais sem perder as características propostas por Freud. A psicanálise também é uma investigação da angústia que pode se manifestar no sujeito e também nas suas relações, bem como nas instituições e grupos nos quais este sujeito está inserido (Enriquez, 2005). Outrossim, podemos entender que esse método se desdobra para além das clínicas e tratamentos comumente visualizados entre analista e paciente, podendo ser executado em amplos espaços, oportunizando acesso a públicos que de outra forma não acessariam o serviço.

Broide (2019) relata sobre toda a sua trajetória enquanto psicanalista, levando a escuta além dos muros de uma clínica particular. O autor ressalta a importância do trabalho de escuta onde quer que estejam as pessoas. As possibilidades de escuta ocorrem em todos os lugares possíveis, sejam elas instituições públicas, praças, casas de apoio, instituições de reclusão e reabilitação, favelas, entre muitas outras. Broide (2006) delimita que o trabalho acontece fora da estrutura esperada de uma clínica particular, acontecendo:

[...] nas ruas, instituições públicas e privadas, e no terceiro setor, sem a hegemonia, o controle do território onde operamos. Na cidade vigoram leis diferentes das do enquadre do consultório psicanalítico. Se neste último nos sentimos seguros e, de forma geral, estamos protegidos para atuar nas ruas e nas instituições, fora do nosso habitat histórico, há que se construir dispositivos clínicos diferentes daqueles que utilizamos classicamente, a poltrona e o divã (Broide, 2006, p. 7).

Assim, precisamos olhar para a própria constituição da psicanálise como método e estabelecer, por meio dela, quais elementos estão disponíveis para a escuta dos sujeitos pertencentes às PSRs, por entendermos que estes não acessam as clínicas, mas, ainda assim, carecem de escuta.

Quando observamos a origem da psicanálise como fruto do trabalho de Sigmund Freud, sabemos que atrelada à obra está a história e a realidade daquele que a produz. Freud experienciou na sua época, a transformação de uma sociedade heterogênea, de pluralidade de credos e instituições familiares, num lugar onde habitava o sentimento antissemita, preconceitos, neuroses e moralismo. Para além dos preconceitos e da moralidade excruciante da sociedade vienense do início do século XX, ele identificou o adoecimento psíquico que estabelecia em meio àquela cidade, assim como a opressão em cima dos corpos femininos e a sua impossibilidade de manifestar por si mesmas a não ser por meio de sintomas histéricos (Enriquez, 2005). Igualmente podemos entender que a psicanálise não pode ser desvinculada de um enfoque social, ainda que se fale de uma psicanálise clínica é impossível não observar o seu contexto social desde a sua origem até hoje. É imprescindível olhar para o contexto social que estamos inseridos para podermos também entender os nossos próprios sintomas psíquicos, assim como Freud uma vez o fez:

A psicanálise mostra à psicologia a solução de metade dos problemas da psiquiatria. Não obstante, seria um erro grave supor que a análise favoreça ou pretende uma visão *puramente* psicológica das perturbações mentais. Não se pode menosprezar que a outra metade dos problemas da psiquiatria relaciona-se com a influência de fatores orgânicos (mecânicos, tóxicos ou infecciosos) sobre o mecanismo mental. Mesmo no caso da mais leve dessas perturbações, a neurose, não se pretende que a sua origem seja puramente psicogênica, mas remonta-se a sua etiologia à influência sobre a vida mental de um fator indiscutivelmente orgânico [...] (Freud, 1913/2020, p. 248).

Com base nessa leitura, podemos identificar que a origem dos problemas do psiquismo era identificada e entendida por Freud como manifestação mental e, ao mesmo tempo, como um fruto orgânico atuante sob o paciente. Então, observar o contexto social no qual o paciente está inserido é também observar os agentes que influem no corpo e na mente do paciente para que, por meio de todos os aspectos, possamos analisar o sofrimento psíquico das PSRs.

Broide e Broide (2006, p. 63) apontam que “[...] o processo de globalização estabelece novas modalidades de laço social que se expandem e alteram significativamente as relações locais”. Por conseguinte, é possível perceber que o meio no qual as pessoas estão inseridas é o núcleo capaz de gerar para o indivíduo a sensação de pertencimento a um grupo e também capaz de gerar a invisibilidade perante outro. Quando compramos um item ou utilizamos um serviço oferecido por determinada marca famosa, não estamos unicamente pagando por isso, mas também estamos comprando a possibilidade de pertencimento ao grupo daqueles que têm esse item ou serviço. Assim, o processo de globalização trouxe-nos quase infinitas possibilidades de grupos aos quais podemos pertencer e iguais possibilidades de invisibilidade para aqueles que não podem custeá-las.

Marx (1890/1997) reflete que as sociedades pautam as suas existências no contraponto entre uma elite opressora e uma classe trabalhadora oprimida por ela. Para ele, o sujeito se amolda ao meio em que vive, uma manifestação das suas relações sociais. Para Marx (1890/1997, p. 41):

Para se poder oprimir uma classe, têm de lhe ser asseguradas condições em que possa pelo menos ir arrastando a sua existência servil. O servo conseguiu chegar, na servidão, a membro da comuna, tal como o pequeno burguês a burguês sob o jugo do absolutismo feudal. Pelo contrário, o operário moderno, em vez de se elevar com o progresso da indústria, afunda-se cada vez mais abaixo das condições da sua própria classe. O operário torna-se num indigente e o pauperismo desenvolve-se ainda mais depressa do que a população e a riqueza.

Dessa forma, podemos visualizar que a produção de sujeitos subservientes está alicerçada na estrutura da nossa sociedade atual, restando a estes sujeitos apenas um papel de sub-humanidade. Carecem de uma escuta e manejo que possam devolver-lhes o posto de sujeitos dignos, capazes de operar por suas próprias histórias.

Broide (1999) apresenta a ideia de que o capitalismo, adentra as relações humanas por meio das marcas. *Mc Donald's, Nike, Coca-cola* criam no nosso cotidiano imaginário uma espécie de pertencimento, de ser sujeito, muito particular e presente na nossa sociedade. Pais orgulham-se de levar os seus filhos a um restaurante, por acreditar que estão verdadeiramente afirmando a paternidade por propiciar ao filho que coma um hambúrguer.

Seguindo essa mesma lógica, quando um garoto usa um tênis de determinada marca famosa, torna-se parte daquele universo criado pelo capital que a opera, como se usar o tênis o fizesse sujeito. Assim como para o garoto que rouba o mesmo tênis, está, por meio do furto do objeto desejado, tentando livrar-se do manto de invisibilidade que lhe foi imposto para também, através da marca, tornar-se sujeito.

Broide (1999, p. 64,65) cita que “assim, usar um tênis Nike não significa simplesmente ter um tênis; é a possibilidade de sentir-se reconhecido como sujeito [...]. Assim, quando um adolescente rouba um tênis, está tentando sair de uma experiência que o toma por inteiro: a da invisibilidade”. O capitalismo marca a nossa sociedade enquanto território, também marca a nós enquanto sujeitos, ditando como e quando somos sujeitos, afastando aqueles que não possuem acesso, da própria capacidade de ser, tornando-os seres invisíveis e sem pertencimento algum. Precisamos olhar para a psicanálise como uma opção de devolver a PSR a sua capacidade de ser sujeitos no mundo, assim como a visibilidade de si como pertencentes ao território não somente enquanto seres invisíveis ao capital, mas como operantes dentro do território que ocupam. Para isso, é preciso levar a escuta aonde quer que a PSR esteja.

2.3 OS GRUPOS OPERATIVOS E A PSICANÁLISE

Pensando na atuação psicanalítica para a PSR, torna-se necessário pensar em outras formas de atuação que fujam do clássico divã de consultório. Broide (1993) executou um trabalho grupal no Largo do Osasco, famosa praça habitada por PSRs, mediando a escuta dos sujeitos que ali estavam, apostando na transferência estabelecida com o local, definindo um dia e hora exatos para a ocorrência do grupo e não se valendo de qualquer tipo de vínculo ou compromisso grupal para os participantes. O método escolhido por Broide (1993) para o manejo grupal foi o de grupos operativos que segundo Pichon-Riviere (1985, *apud* Broide, 1993, p. 28) é:

[...]...um grupo centrado na tarefa e que tem por finalidade aprender a pensar em termos das dificuldades criadas e manifestadas no campo grupal e não em cada um de seus integrantes, o que seria uma psicanálise individual em grupo. No entanto, não está centrado exclusivamente no grupo com as concepções gestálticas, senão em cada aqui agora, comigo na tarefa se opera em duas dimensões, constituindo em certa medida uma síntese de todas as correntes. Consideramos ao enfermo que enuncia um acontecimento como o porta-voz de si mesmo e das fantasias inconscientes do grupo. Nisto reside a diferença da técnica operativa com as outras técnicas grupais, já que as interpretações se fazem em dois tempos e em duas direções distintas.

É possível observar uma diferenciação da abordagem clínica para o grupo operativo, pois temos como objetivo central ouvir e acolher as mazelas inerentes ao grupo na totalidade. Não que isto seja uma desculpa para ignorar as dores individuais de cada sujeito, entretanto, ao possibilitar que o grupo tenha a sua demanda ouvida é possível criar um espaço de pertencimento e visibilidade para os membros do grupo permitindo que escutem as suas próprias dores e as dos seus semelhantes tendo a oportunidade de dar novos destinos para essas histórias. Broide (1993) conta da sua vivência com grupos operativos:

No caso do grupo operativo em desenvolvimento, pode-se observar, através do material grupal, que em todos os casos houve uma grande quantidade de frustrações em suas histórias de vida (...). Estas passam pela migração, pela ausência e/ou violência dos pais, pela penúria econômica, pela estreita convivência com a morte de familiares, pelas precárias condições de moradia e insegurança constante quanto ao futuro, pelo abuso sexual etc. (Broide, 1993, p. 27).

Como é possível pensar num desenvolvimento social, numa globalização, se ignoramos o bem-estar social de parte da nossa população? O grupo operativo entra aqui como uma proposta de abarcar as mazelas vividas por essa parcela da população, por meio de uma oportunidade de ter a suas dores ouvidas e analisadas acreditando que de outra forma estes mesmos indivíduos dificilmente teriam acesso a outras formas de terapia grupal psicanalítica. Sobre a execução especificamente do grupo operativo Broide (1993) especifica na sua dissertação que:

O grupo é sempre centrado em uma tarefa, podendo esta ser a cura, no caso da psicoterapia, a resolução de um problema institucional, a aprendizagem, a construção de um prédio, etc. A liderança do grupo não é exercida pelo coordenador, ou por qualquer outra pessoa, e sim pela Tarefa (Broide, 1993, p. 28).

A partir da escuta do grupo como um ente completo, é sempre possível identificar necessidades comuns a todos, assim como histórias parecidas que muitas vezes se atravessam e entrelaçam-se, por serem semelhantes. Quando oportunizamos que o grupo seja ouvido possibilitamos também que eles mesmos escutem os seus próprios problemas e identifiquem a sua força de unidade enquanto grupo, empoderando-se de todas as possibilidades para movimentos pessoais na direção da solução dos seus problemas. Valendo-me de especificações parecidas em relação à execução de uma análise num *setting* clínico, as diferenças que podem ser apontadas são a ausência de cobrança dos usuários pela terapêutica oferecida, a substituição do espaço fechado da clínica pelo espaço aberto, mas mantendo a especificidade do horário e dia fixos para a realização do grupo operativo.

Coutinho e Rocha (2007) trazem outro olhar possível para a perspectiva grupal enquanto método psicanalítico de atuação. Em seu trabalho executado com um grupo de adolescentes de uma escola pública do Rio de Janeiro, elas apostaram na transferência e contratransferência como mecanismos de manejo grupal, entendendo que os sujeitos ali escutados confiam no outro/analista para atualizar a realidade do inconsciente daquele que fala. As autoras tratam que a transferência no manejo grupal atua “[...] menos enquanto repetição de um laço a uma pessoa e mais como um laço ao significante que, dirigido ao Outro/analista, carrega uma significação, um saber inconsciente, tal como acontece com o sintoma (Coutinho, Rocha, 2007, p. 74). Apostar num manejo grupal é ampliar a possibilidade de acesso à escuta psicanalítica principalmente quando nos atemos aos cenários de carência, onde os indivíduos fragilizados por suas realidades de vida, muitas vezes apartados da própria condição de sujeito, não têm acesso às clínicas particulares para sessões de análise privadas. É imprescindível que possamos olhar para estes sujeitos também como demandantes da nossa escuta e manejo clínico, adaptando a forma de levar a psicanálise a todos os que dela necessitam.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A psicanálise constitui-se como uma abordagem voltada para a exploração dos processos mentais de natureza inconsciente, simultaneamente servindo como um método terapêutico para lidar com transtornos neuróticos. Nesse contexto, ela é reconhecida tanto como uma disciplina científica quanto como um domínio de conhecimento estabelecido (Freud, 1920/2011).

A abordagem psicanalítica na pesquisa requer a presença ativa de um analista em atividade clínica. Nesse contexto, a escuta desempenha um papel crucial, permitindo que o objeto de estudo ressurgisse de forma desconstruída e transformada. A participação no processo é ativa, envolvendo a formulação de hipóteses a partir das práticas clínicas. A mera observação dos fatos não é suficiente para sustentar uma teoria científica. Portanto, cabe ao pesquisador envolver-se profundamente na compreensão das manifestações específicas, implicando-se subjetivamente ao realizar a escuta a partir de um arcabouço teórico. Isso possibilita a construção de novos diálogos e perspectivas sobre o tema em questão (Silva, Macedo, 2016).

Nesse sentido, a pesquisa e os seus métodos de investigação produzem resultados num estágio posterior. Em outras palavras, os conceitos são interpretados após percorrer um caminho de elaboração e escuta transferencial. Isso impede que o sujeito da pesquisa ou os próprios conceitos se tornem objetos de desejo do analista, garantindo, assim, o cumprimento das regras de abstinência e neutralidade na escuta. Esse método pode ser aplicado para interpretar qualquer manifestação que faça parte da experiência humana, tornando o método psicanalítico um recurso valioso para unir pesquisa, psicanálise e a criatividade do pesquisador na construção de recortes clínicos (Silva, Macedo, 2016).

Os recortes clínicos são constituídos a partir de experiências analíticas, ou seja, para a realização de uma pesquisa com o método psicanalítico, o pesquisador irá dispor da escuta como forma de intervir nas histórias que surgem na relação transferencial da análise, promovendo o encontro entre a pesquisa e a clínica.

Desta forma, a presente pesquisa se sustenta numa concepção de pesquisa em psicanálise extramuros, assim como se utiliza a pesquisa bibliográfica. O método de pesquisa bibliográfica consiste no exame da bibliografia para o levantamento e análise do que já foi produzido sobre o assunto assumido como tema de pesquisa

científica. Tal método foi realizado em duas fases: a coleta de fontes bibliográficas, na qual foi feito o levantamento da bibliografia existente e, logo após, a coleta de informações, na qual foi realizado o levantamento dos dados, fatos e informações contidas na bibliografia selecionada. A busca pelos textos foi realizada a partir das seguintes palavras-chave: psicanálise e pessoas em situação de rua, de forma predominantemente manual e uma diversidade de bases de dados.

Foi realizada uma leitura exploratória, verificando se existiam ou não informações a respeito do tema proposto e conforme os objetivos do estudo. Nessa leitura, foram selecionados 314 artigos. Logo após, foi realizada uma leitura seletiva, a partir da qual foi determinado o material que seria utilizado na pesquisa, selecionando as informações pertinentes segundo os critérios julgados relevantes para o trabalho. Foram eles: presença de manejo da pesquisa a partir da psicanálise, viés de pesquisa focado especificamente nas PSR. Um elemento destacado na maior parte dos artigos encontrados foi a relação da vivência na rua e a drogadição, e este foi um assunto utilizado como mecanismo excludente, por fugir do enfoque proposto nesta pesquisa. Nessa fase, foram selecionados oito artigos que abordavam o tema da pesquisa.

Dos artigos selecionados, foi realizada uma leitura crítica, visando elaborar e produzir um diálogo dos conceitos psicanalíticos diante da proposta e problemática da presente pesquisa e, em seguida, uma leitura interpretativa, na qual foram relacionadas as informações e ideias dos autores com as questões para os quais se buscavam elaborações e a construção de novos e outros saberes. Assim sendo, esta pesquisa abarca duas frentes de desenvolvimento e discussão, olhando para a manifestação dos seus desejos da PSR e também a invisibilidade vivenciada por ela.

4 ANÁLISE

4.1 O DESEJO DO SUJEITO EM SITUAÇÃO DE RUA

O trabalho e manejo da PSR demanda uma ampliação do que se entende como manejo clínico para podermos efetivamente abraçar as necessidades dessa população. A partir daqui, trataremos da análise dos artigos selecionados, buscando construir uma linha de raciocínio que alicerce o nosso entendimento das manifestações de desejo dessa população, tão atravessados pela violenta vivência de viver numa situação social crítica.

Silva e Nunes (2019) descrevem um trabalho executado na Praça do Ferreira, localizada no centro de Fortaleza–CE, feito em parceria com a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Cultura, com atendimentos multidisciplinares dispostos semanalmente em turnos diurnos e noturnos. O método de abordagem utilizado foi o de não abordagem. Levar a arte aos sujeitos, através da música, mas sem os abordar ou forçá-los a participar do que é proposto. Pois é justamente por meio desse movimento de oferecer sem forçar ou determinar aquilo que o outro necessita, anseia ou deseja, que surge a possibilidade de uma escuta do sujeito que ali habita. Faz-se importante também falar sobre os supostos auxílios caridosos, proveniente da sociedade civil que sempre chegam até essa população e o quão violentos são estes auxílios por quererem definir quais são as necessidades e desejos desses sujeitos, obrigando-os a desejar aquilo que se quer que eles desejem, ignorando que a suposição de falta no outro expressa, na verdade, a falta si mesmo. Segundo Silva e Nunes (2019, p. 142):

O indivíduo que recebe a doação é colocado como objeto e obrigado a se colocar numa postura que seja apenas de agradecimento e humildade, fazendo com a doação o que se espera que seja feito. Ao ganhar uma cadeira, o indivíduo deve fazer uso dela apenas se sentando e de nenhuma outra maneira que não esteja prescrita, sob o risco de ter sua cadeira tomada pelo doador. Quem faz a doação não suporta que algo de uma alteridade se manifeste a partir do que foi doado, o objetivo é tamponar a falta que foi pressuposta e apenas ela.

Assim, reforça-se a necessidade de se acessar essa população sem uma suposição prévia do que esse sujeito deseja, nem do que ele precisa ou carece. Colocar-se diante desse sujeito, limpo de qualquer delimitador permite que o analista crie espaço para a escuta, seja por meio da proposta artística ofertada, seja através da própria escuta. Também é possível apontar, que no decorrer do andamento do projeto, era comum que os sujeitos indicassem que preferiam participar do projeto artístico e das sessões de escuta, do que ir para as filas de doações de roupas e alimentos, que ocorriam concomitantemente, por sentirem-se assujeitados ali (Silva, Nunes, 2019).

Carentes desse assujeitamento, de um lugar que os referencie e os permita ser sujeitos estes procuram as ruas como mecanismo de poder exercer a sua própria individualidade, seu próprio gozo. Encontram muitas vezes na drogadição uma maneira de exercer esse gozar tão particular do ser sujeito. Para Janovik e Torossian (2023, p. 246), “a contribuição da psicanálise, nessas situações, estaria na oferta da oportunidade ao sujeito de falar sobre a droga e de diversificar a demanda, de maneira que o sujeito possa produzir sentidos para seus conflitos.” É importante que possamos escutar o sujeito para além das palavras que ele usa, escutar o sentido que elas trazem e o inconsciente por trás do que é dito. O sujeito em situação de rua cita inúmeras vezes que não deseja sair da rua, não deseja tratar-se e parar de beber, não deseja ir às sessões do Centro de Atenção Psicossocial, não deseja retomar o contato com a família. Propomos olhar para as negativas do sujeito não somente como dispensas às ajudas oferecidas, mas como uma denegação. É, por meio da negativa, que o sujeito encontra uma maneira de exercer a sua vontade, de enxergar-se sujeito no mundo. Um não, que junto carrega um sim aos próprios desejos. Enquanto é acompanhado, o sujeito passa a ouvir-se e relatar das suas vivências na rua, as suas relações familiares e o seu uso do álcool (Janovik, Torossian, 2023).

De acordo com Janovik e Torossian (2023, p. 242), “aos poucos, foi possível perceber que esses não abriam espaço para se falar sobre determinados assuntos, ao mesmo tempo que colocavam em cena uma postura crítica desse senhor que só executava as atividades que lhe faziam sentido”. Assim como ouvir os não enquanto uma possibilidade de manejo, é possível abrir espaço para que o sujeito fale mais de si e de desejos que ele mesmo ignora. O sujeito redescobre interesses que havia esquecido e a partir deles a possibilidade de assujeitar-se num mundo que antes não o via como sujeito. Passa a desenhar a própria história, a partir dos próprios recortes e possibilidades, não desejando mais dormir na rua e, aos poucos, querendo regressar a uma lógica de vida considerada mais comum (Janovik, Torossian, 2023).

Essa lógica comum é ditada por uma sociedade que:

exclui para incluir, e assim gera uma ordem social desigual, fazendo a inclusão ter um caráter ilusório. Ao mesmo tempo que, atribui a exclusão a uma incapacidade do sujeito, culpabilizando-o individualmente. Isso é evidente quando se trata da população em situação de rua. O julgamento social existente mais comum é o de que essas pessoas estariam nessa condição por sua própria vontade, aliado ao discurso meritocrático de que as mesmas poderiam sair da rua se assim o quisessem (Badia, 2019, p. 2).

A problemática da situação de rua é um produto do capitalismo e de responsabilidade da sociedade por não os tratar como sujeitos de fato, muitas vezes ainda os tratando como casos de polícia. Badia (2019) propôs um projeto de escuta a ser executada por estagiários de psicologia numa praça da cidade de Florianópolis-SC, levando-lhe sempre no mesmo dia e horário determinados, dois estagiários, um banquinho forrado de chita e o desejo genuíno de escutar os sujeitos que por ali passam. O convite à escuta, sentar-se no banquinho, permeia o desejo do sujeito de ser escutado, de sentir-se capaz de desejar, de poder escolher aquilo que quer e assim o faz, definindo quando deseja sentar-se no banquinho. Quando falamos de um atendimento clínico ao ar livre, por não estarmos sustentados e amparados pelas paredes de uma clínica ou um consultório psicanalítico, faz-se necessário que o analista se apresente também como sujeito, permitindo partir de si movimentos e intenções para que este sujeito a ser escutado, sintá-se acolhido e não importunado.

Assim é importante visualizar a rua além de lugar de passagem e moradia para muitas pessoas, como também uma possibilidade de *setting* terapêutico, pois para aqueles sujeitos que estão nessa condição, outro *setting* não seria possível. A questão estrutural do *setting* terapêutico, onde o tempo investido pelo sujeito na fala, o seu interesse e retorno aos novos atendimentos, deve ser visto como o seu investimento na análise, o seu pagamento por ela. É preciso ter cuidado na abordagem dessa população, evitando violentá-los no ímpeto de ajudar. Também é necessário delimitar a questão social capitalista, como modo de explicitar que os sujeitos são produtos de uma lógica de consumo, não são vistos como sujeitos por não portarem bens de consumo como o restante da sociedade. Ainda assim é possível levar a psicanálise a estes espaços, pois onde há sujeitos de desejo, há a possibilidade de escuta (Cruz, Victor, 2017).

O cuidado e forma de abordagem da PSR pode ser feito de distintas formas, através da oferta direta, da busca ativa, ou ainda da disponibilidade visual no espaço onde transitam sem ímpeto de primeiro contato por parte do analista. Segundo Jerônimo (2019, p. 26), “todo sujeito necessita de um ambiente seguro e estável para ser possível desenvolver o seu potencial rumo à maturidade emocional, para tal desenvolvimento a família e o lar são indispensáveis.” O trabalho de busca ativa nas ruas visando a participação da PSR nos grupos e atendimentos ofertados pode ser uma maneira de abarcar as demandas dessa população para fornecer espaços seguros e estáveis. Jerônimo (2019), também fala da vivência ambígua da agressividade dessas pessoas, refletindo sobre amor e ódio e o quanto a agressividade está presente em ambos os sentimentos. Seja no desejo de cuidar e proteger (amor), seja no ímpeto de destruir o outro (ódio) e como ambas as dinâmicas estão presentes na vida dos sujeitos em situação de rua. É pertinente reforçar a importância da psicanálise para construção de espaços (não físicos) onde haja atendimento humanizado para as PSRs, pois dado os incontáveis desafios enfrentados por todos os que se debruçam sobre o assunto, seja para estudar ou atuar com, é preciso ir além do que está escrito nas leis e literaturas para podermos escutar e manejar a realidade desse sujeito que até para ele mesmo a escapa.

4.1 INVISIBILIDADE DA PSR

Para a construção de espaços possíveis para o atendimento das PSRs é preciso entender o atravessamento que essas histórias têm em nós enquanto analistas e sociedade. Ser analista de uma PSR é permitir-se ser permeado pelas histórias e palavras daqueles sujeitos que se escuta entendendo as dinâmicas da

violência, do uso de drogas, do lugar psíquico que a rua ocupa na vida daqueles que ocupam a rua, da importância dos espaços públicos, do pertencimento a um lugar, assim como o não pertencimento também.

É também, permitir-se ser tomado pelo anseio da coletividade, de pertencer a uma massa, mas também do não pertencimento a ela, da disruptiva escolha de não fazer parte da sociedade, da manifestação do desejo através da desobediência, que estar entre a servidão e a rebeldia é uma possibilidade de enxergar-se sujeito. Refletir sobre a necessidade dos sujeitos de verem-se representados em si, como a um igual, antes de se permitirem sentar na cadeira e serem analisados, mas que ao passo que falam, enxergam que não são iguais nem a ela e nem a si mesmos. Contar as próprias histórias, é poder narrar a própria subjetividade, o seu jeito de ser sujeito no mundo, e a forma possível que se encontra de desejar pelos próprios moldes (Pinto, 2019).

Segundo Pinto (2019, p. 375), “a rua é uma mãe também porque é um lugar para onde é possível voltar, a rua acolhe quando não há mais lugar para ir. Quando se foge da morte.” Aqui se evidencia a questão da invisibilidade vivenciada pela PSR, uma vez que para se sentirem pertencentes a um lugar, um espaço, buscam a rua e veem nela uma mãe. Querer retirar a PSR da rua para readequá-la às normas sociais, é uma maneira de violentar tanto a PSR quanto o analista. Para a PSR a rua é o lugar onde se habita, onde ela existe e a suas demandas acontecem, logo ela não deve ser excluída do seu meio para a efetivação de um tratamento, deve-se tratar dela no espaço que ela se enxerga enquanto sujeito. Para o analista, a violência habita na sensação de não conseguir atingir o objetivo de readequação desse sujeito, de não conseguir reinseri-lo na sociedade que o excluiu (Barros, Andrade, 2023).

Ainda sobre a invisibilidade do sujeito, Barros e Andrade (2023, p. 10) reforçam que:

Nem sempre o invisível é aquilo que é transparente, por muitas vezes, aqueles que estão em situação de rua são pessoas visíveis que se tornam invisíveis diante da sociedade, estão ali e não são vistos, fazem parte da sociedade, mas por não possuírem nada que os façam ser reconhecidos, são invisibilizados e considerados parte do cenário urbano.

A invisibilidade da PSR está posta como forma higienista da sociedade de fingir que elas não são um produto da sua própria estrutura, colocando-as em um lugar de não existência. Também trazem as inúmeras possibilidades de atuação do profissional da psicologia para a PSR, citando os consultórios de rua, CAPS, Centro-POP, dinâmicas grupais e atendimentos de terapia-breve. “As PSRs sentem-se invisibilizadas pela sociedade, sentimento advindo da forma com a qual são tratadas, porém, são sim percebidas pela sociedade, ora de forma negativa, como algo incômodo que deve ser excluído” (Barros, Andrade, 2023, p. 34). Faz-se necessário que tragamos visibilidade para o tema não somente buscando que a sociedade modifique a sua forma de enxergar essa população, mas sobretudo, que a própria PSR consiga enxergar em si a potencialidade para modificar os meios que habitam e a sua história enquanto sujeito. Não basta querer readequar o sujeito a lógica capitalista do qual ele também é um produto, é preciso estruturar nesse sujeito alicerces que o permitam visualizar a sua vida para além da rua, para que ele possa, por vontade própria, modificar a sua vida (Barros, Andrade, 2023).

Assim, faz-se ainda necessário refletirmos sobre o lugar e não lugar da PSR, como este que habita um espaço de transição, que o violenta e o invisibiliza a tal ponto que não permite que este seja sujeito e efetivamente ocupante do espaço que habita. Tratemos também da importância da atuação do analista em equipes multiprofissionais vinculados aos serviços que são ofertados a PSR, pensando numa

atuação que não exclui o contexto social dessa população, mas que visa devolver a este sujeito a capacidade de desejar e indicar os próprios anseios, tendo em vista que os direitos são garantidos por lei, mas não acessados por norma (Sakaki, 2022).

Tratar também da exclusão social vivenciada por essa população e do quanto isso acaba se tornando uma marca nesses sujeitos, que acabam por visualizar em si o não lugar, o não sujeito, o não pertencimento e a completa ausência de direitos e desejos. Assim como da importância da busca ativa como mecanismo de acessar essa população, pois estes não acessam o serviço quando ofertado entre as paredes de uma clínica pública ou outro tipo de serviço de assistência, e cabe ao analista, ir até o território em que habita o sujeito, para lhe ofertar a escuta. Por fim, enfatizar a importância de devolver ao sujeito a sua capacidade de ser sujeito, de pertencimento a um espaço e de agente dos próprios desejos, pois a garantia legal de acessos não garante efetivamente nada a essa população tão invisível a nossa sociedade (Sakaki, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da PSR é uma marca social invisibilizada, estigmatizada e ignorada por grande parte da população e trazer essa temática de discussão para a academia é uma forma de buscar novos caminhos para uma solução eficaz. Faz-se necessário que pensemos em caminhos disruptivos para enfrentar esse problema, sem reafirmar as violências sofridas por esses corpos, pois eles, assim como nós, são produtos do sistema capitalista, em que impera a lógica do consumo materialista, do ter para ser, do lucro acima do sujeito. Este trabalho buscou, de maneira breve, apresentar possíveis caminhos para abordarmos as demandas da PSR pensando que, enquanto analistas, é nosso dever oferecer escuta qualificada a qualquer sujeito que necessite dela, independentemente das suas posses, posição social, gênero, etnia ou quaisquer outros delimitadores que o tipifiquem.

A invisibilidade dessa população, acarreta-lhes, incontáveis dificuldades tanto no que se refere a permanência na rua, quanto às possibilidades de saída da rua. É imprescindível que possamos olhar essa população além da visão higienista, que sejamos capazes de entendê-los e escutá-los também como sujeitos, pois, sua invisibilidade, é uma responsabilidade de toda a sociedade. Ao negarmos a uma parcela da população, o direito de exercer a sua subjetividade, não nos afirmamos superiores a eles, mas retiramos de nós mesmos a nossa própria humanidade, num afã de limpeza social que exclui das nossas escutas aqueles que mais precisam delas.

Levar a psicanálise para as ruas, é poder ofertar essa escuta a qualquer sujeito que queira ser ouvido. É permitir que qualquer demanda seja importante, que qualquer subjetividade seja importante, é entender que não há distinção entre os sujeitos, nem eles, nem nós. Ofertar escuta aqueles que precisam delas, mas não podem nos recompensar por ela, ou minimamente não podem fazê-lo por meio de pagamentos em dinheiro, é também reforçar o nosso compromisso social enquanto analistas, de abarcar os sofrimentos dos sujeitos independentes de quaisquer segregadores sociais que marquem esses sujeitos.

Por fim, também é importante reforçar a importância da atuação do analista dentro de equipes multidisciplinares, ao levarmos a escuta para a rua é importante que possamos levar também outros garantidores de acesso a essa população, pois não só demandas psíquicas são apresentadas por elas, pois ter direitos garantidos por lei, não garante efetivamente nada para essa população. O acesso à saúde mental

é necessário, mas não deve ser exclusivo ou excludente. Ainda é preciso estudar mais e trabalhar mais com essa população, para que novos caminhos possam ser delimitados, mas concluo esse trabalho citando Sakaki (2022, p. 25): “Se paredes, portas e tetos são proteções, ao ar livre a vida é vulnerável”.

REFERÊNCIAS

BADIA, Beatris Cristina. **Psicanálise a céu aberto: dispositivo clínico na rua. PET Conexões Saberes**, 2019. Disponível em:

<https://petconexoes.paginas.ufsc.br/files/2019/09/Artigo-PET-Beatris-Badia-2.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BARROS, Lizandra Maria França; ANDRADE, Thayná Souza. **A invisibilidade das pessoas em situação de rua e seus impactos na saúde mental**. 2023. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Centro Universitário São Judas - Campus Unimonte, Santos, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/35495/1/A%20invisibilidade%20das%20pessoas%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20e%20seus%20impactos%20na%20sa%C3%Bade%20mental.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BROIDE, Jorge. **A psicanálise nas situações sociais críticas: uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias**. 2006. 285 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17160>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BROIDE, Jorge. **A rua enquanto instituição das populações marginalizadas: uma abordagem psicanalítica através de grupo operativo**. 1993. 10 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Departamento, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 1993. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/hm8MvGtDJrXwYKCjHQNs5NQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BROIDE, Jorge. A clínica psicanalítica na cidade. In: KATZ, Ilana; BROIDE, Emília Estivalet (org.). **Psicanálise nos espaços públicos**. São Paulo: Ip/Usf, 2019. p. 01-143. Elaborada por: Elaine Cristina Domingues.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Livraria Sá da Costa. 1ª ed. 1978.

COUTINHO, Luciana Gageiro; ROCHA, Ana Paula Rongel. Grupos de reflexão com adolescentes: elementos para uma escuta psicanalítica na escola. **Psicologia Clínica**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 71-85, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-56652007000200006>.

CRUZ, Kênia Santana da. **Dos limites à viabilidade da psicanálise nas ruas: um relato de experiência em um consultório na rua de mato grosso**. 2017. 14 f. TCC

(Graduação) - Curso de Psicologia, Centro Universitário de Várzea Grande - Univag, Várzea Grande, 2017. Disponível em:

<https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/915/896>.

Acesso em: 18 nov. 2023.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999. 65 p.

FREUD, Sigmund. **FREUD (1916 - 1917) - OBRAS COMPLETAS**: Conferências Introdutórias à Psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 13 v. ; tradução Sergio Tellaroli; revisão da tradução Paulo César de Souza.

FREUD, Sigmund. **FREUD (1912-1914) - OBRAS COMPLETAS**: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 11 v.

FREUD, Sigmund. **O ego e o id**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1997. 68 p.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 15 v. (Freud Obras Completas). Tradução Paulo César de Souza.

JANOVIK, Mayara Squeff; TOROSSIAN, Sandra Djambolakdjian. “Não quero sair da rua”: psicanálise em serviços de atendimento a pessoas em situação de rua.

Humanidades & Inovação: Psicanálise: Atualidades e Interfaces, Palmas, v. 10, n. 4, p. 238-250, fev. 2023. Mensal. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8695>. Acesso em: 18 nov. 2023.

JERÔNIMO, Clemilson Adriano. **Reflexões sobre o atendimento à pessoa em situação de rua dentro do serviço especializado em abordagem social numa perspectiva winnicottiana**. 2019. 65 f. Monografia (Especialização) - Curso de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Teoria Psicanalítica., Instituto Ceub de Pesquisa e Desenvolvimento - Icpd, Brasília, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14089/1/Clemilson%20Adriano%200Jeronimo.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

NATALINO, Marco. **ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL (2012-2022)**. 103. ed. Brasília: Disoc, 2023. 20 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf. Acesso em: 18 nov. 2023.

PINTO, Tainá. Os pés descalços: um relato sobre a experiência psicanálise na rua. **Teoria y Crítica de La Psicología**, San Nicolás de Hidalgo, v. 12, n. 19, p. 368-384, mar. 2019. Anual. Disponível em:

<https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/290/245>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SAKAKI, Juliano. **Do não-lugar ao lugar da clínica psicanalítica no atendimento às pessoas em situação de rua**. 2022. 30 f. TCC (Graduação)

Curso de Psicologia, Centro Universitário Unifaat, Atibaia, 2022. Disponível em: <http://186.251.225.226:8080/bitstream/handle/123456789/397/-%20Sakaki%2c%20Juliano%202022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SILVA, Clarice Moreira da; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. O método psicanalítico de pesquisa e a potencialidade dos fatos clínicos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 36, n. 3, p. 520-533, 2016.

SILVA, Talita Alcântara Fontenele e. PSICANÁLISE E RESIDÊNCIA NA RUA: situando lugares (im)possíveis. **Psicanálise & Barroco**, Rio de Janeiro, v. 03, n. 17, p. 132-157, dez. 2019. Disponível em: <https://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/9624/8215>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ufmg, 2009. 484 p.